

RACIONALISMO¹

Cepticismo e certeza

Os *Essais* (“Ensaaios”) de Michel de Montaigne, publicados em 1580, estabeleceram como gênero literário a forma aberta, experimental (fr. *essai*, experiência) da representação rica em pensamentos e idéias. Montaigne estava marcado, entre outros, pelas lutas religiosas do seu tempo. Face às conseqüências violentas das posições religiosas inflexíveis, ele procurou um ponto de vista subjetivo que lhe desse paz de espírito a partir da ironia pessoal, consciente da efemeridade, e da moderação em comparação com os alicerces da razão suposta mente objetivos. A representação ensaística adequava-se a essa posição. “Somos todos feitos de remendos, e isto de forma tão amorfa e desordenada que todos os remendos estão sempre a fazer o seu jogo.”

Aqui Montaigne retomou os antigos cépticos, por exemplo Pírron, fato que, no tempo da Contra-Reforma, teve as suas conseqüências. A discrição céptica era considerada, não por último, uma oportunidade de manter-se, com humildade espiritual, disponível para a revelação. Com isso o cepticismo de origem religiosa opôs-se à razão construtiva, à *ratio*. Esta razão estava perigosamente ameaçada, pois os cépticos sabiam questionar os seus fundamentos de forma conseqüente. Em Descartes é possível ver como ele ambiciona superar o cepticismo através de si mesmo. A partir da certificação pessoal do conhecimento deveriam ser encontradas verdades certas, nas quais a realidade pudesse ser descrita “corretamente”.

Já nos séculos XVI e XVII o termo “racionalismo” foi, de vez em quando, usado para tal. O termo contrário é, no entanto, em geral, não “cepticismo”, mas “empirismo”, que designa uma filosofia construída sobre a experiência sensível (grego *empeiria* = experiência). O empirismo e o cepticismo aparecem, porém, muitas vezes unidos contra o racionalismo; quando, por exemplo, só admitem “fenômenos” - aquilo que nos aparece à vista — sem deduzir daí um ser objetivo. Enquanto, aliás, o adjetivo “empírico” é antigo, só se fala do empirismo como uma determinada corrente filosófica a partir do século XVIII.

A filosofia do Barroco e do iluminismo é freqüentemente descrita através do confronto entre correntes racionalistas e empiristas, o que, no entanto, só compreende um determinado aspecto dessa época. “Racionalismo” é então um conceito que pode referir-se ao período da Idade Moderna e estar simultaneamente limitado a ele. Mas é preciso notar que existe também um conceito de racionalismo muito mais abrangente que, por exemplo, já diz respeito a Platão. Assim, nos próximos capítulos serão descritas algumas características do racionalismo que, em parte, também dizem respeito a filósofos da Antiguidade e da Idade Média.

¹ DELUIS, Christophe *et alii*. ***História da Filosofia***. Colônia, Alemanha : Könemann, 2001.

Em 1607, Francis Bacon apresentou a seguinte imagem: “Os filósofos empíricos são como as formigas: só recolhem e usam o que foi armazenado. Os racionalistas são como as aranhas, tecem tudo a partir do seu interior. Mostrem-me um filósofo que, como uma abelha, possua uma aptidão média, que recolhe a uma grande distância, mas digere e transforma, com a sua própria força, aquilo que recolheu.”

Na verdade, todos os filósofos dignos do nome (entre os quais, todos os que aparecem neste livro) são, segundo Bacon, “abelhas”, O confronto das formigas e das aranhas (Bacon tinha certamente em mente alguns idiotas maníacos, seus contemporâneos) não corres ponde bem aquilo que, hoje, os termos histórico-filosóficos “racionalismo” e “empirismo” significam. Descartes e Leibniz, Locke e Hume não “tecem” nem “recolhem” (pelo menos não “em exclusivo”), mas encontram teorias “sobre” a tecedura e a recolha (sobre o reconhecimento), que também têm em conta posições contrárias e que nem sempre e em tudo se excluem.

Toda a verdade

Como os empiristas não arguem de modo nenhum de forma irracional, o uso da razão não é com certeza uma característica distintiva do racionalismo. Ele é, antes, a maneira como a razão é vista e consolidada em todo o mundo.

A filosofia de Espinosa pode, por exemplo, ser designada por racionalismo “absoluto”, porque parte da compreensibilidade geral, da estrutura de tipo racional do conjunto do mundo. Esta convicção determina não apenas o conteúdo, como até a forma sob a qual a doutrina de Espinosa é apresentada. Ele apresenta-a sob a forma de “more geométrico” de acordo com a geometria. Tal como Euclides na sua obra Elementos, o principal livro de geometria da Antiguidade, Espinosa dá no início definições e estabelece axiomas (princípios que já não são deriváveis). A partir deles é extraída e provada então toda a série de teoremas construídos em cadeia.

Descartes também dá definições dos conceitos básicos da sua metafísica, que possibilitam essa construção. Sendo algo específico da razão pura, a lógica da demonstração euclidiana, parece, portanto, adequar-se não apenas às estruturas ideais (geradas pelo próprio intelecto) da geometria, mas também à realidade. Dito de um modo exagerado: o mundo deixa-se deduzir (conclusão) de princípios primeiros. Claro que isto nunca chega a ponto de pensarmos que, partindo da definição de Deus, chegaremos às coisas factuais particulares, e que assim poderemos realmente explicar tudo. Mas poderíamos reter esta explicação completa como o ideal dos racionalistas do Barroco.

De acordo com a concepção que se apresenta sob a forma geométrica, tem de haver conceitos básicos originais, mais simples, que não resultaram simplesmente da experiência subjetiva, mas que dizem respeito ao verdadeiro ser e, por assim dizer, o reproduzem. É por isso que o conhecimento pode chegar a afirmações, que “precedem” a experiência, mas que, apesar disso,

têm de provar ser verdadeiras na experiência. Fala-se aqui do conhecimento a priori (lat: “de antes”, “que antecede”, “primeiramente”). Para os empiristas tal não existe nesse sentido.

No racionalismo, ao conhecimento apriorístico está quase sempre associada a convicção de que há “idéias inatas”. Não se trata de “imagens” acabadas, que estariam em nós desde o nascimento. Está, pelo contrário, subentendida a disposição, a capacidade potencial, de formar determinadas idéias, que não podem ser explicadas somente a partir da experiência.

E com isto é dada mais uma nota: os Racionalistas não concebem as “idéias” (isto é, conceitos e representações no uso corrente de então) como imagens, que nascem diretamente ou, em última análise, das impressões sensíveis. Idéias são conceitos do espírito, independentemente do que isso possa querer dizer em cada caso.

De acordo com tudo isto, o nosso saber não pode, portanto, ser descrito como um somatório de experiências. Os racionalistas do Barroco partem de um conjunto organizado a partir do qual, e só então, é possível entender o particular. Conseqüentemente, tentam desenvolver os seus sistemas como totalidades, como sistemas abrangentes e ordenados.

René Descartes

Uma árvore do conhecimento

O primeiro livro de Descartes é uma pequena autobiografia intelectual, a descrição breve e estilizada da evolução dos pontos de vista, dos objetivos espirituais e das pesquisas de um homem de 40 anos. É ao mesmo tempo um “tratado sobre o método do uso correto da razão”. Este tratado, defendido modestamente, desenvolve inesperadamente uma intenção objetiva e obrigatória, mas totalmente no sentido do estilo de um relato pessoal, apresentando Descartes não como filósofo es colar, mas como gentleman, que procura uma orientação de vida. O Discurso e as Meditações, obras que marcaram a sua época, es tão escritas num tom conciliatório, cheio de concessões soberanas a autoridades teológicas, mas também ao leitor, que é amavelmente conduzido através da argumentação viva.

Em nenhum ponto Descartes perde o contacto com a totalidade dos objetivos do conhecimento humano. Matemático talentoso e inovador, ele não vê as suas descobertas nesta área e nas ciências naturais separadamente, mas em conexão com uma fundamentação filosófica da “possibilidade” das ciências naturais. Esta última já significa nesta altura a aplicação da matemática ao mundo. Mas apesar da especialização das ciências, justamente para Descartes, elas não estão separadas da filosofia. “Todas as diversas ciências não são outra coisa senão a sabedoria humana, a qual permanece sempre una e idêntica, por muito que se aplique a diferentes objetos.” No entanto, já não é evidente que a filosofia albergue todo o saber do mundo; ela própria tem de se tornar científica. Descartes exprime a sua noção de fundamentação filosófico-científica frutífera através da imagem de uma árvore (tal como Francis Bacon já o tinha feito de forma semelhante): a

“filosofia- prima” ou metafísica é a raiz, a física o tronco, a medicina e a mecânica os galhos e, no cume da árvore, a ética e as aplicações práticas dessas ciências são os frutos.

Seria certamente exagerado aplicar esta imagem à obra de Descartes como raiz da filosofia moderna; mas com ele começa, sem dúvida, uma nova corrente de pensamento. Aquela árvore do saber cresce a partir de uma certificação metódica do dizível sem pressupostos incompreendidos. Trata-se, a propósito, de uma certificação pessoal: a doutrina do conhecimento e a teoria da experiência partem do eu, do pensamento e da sua própria forma; sujeito e objeto separam-se, e o sujeito é considerado o lugar de onde nasce a certeza. Esta idéia prepara o caminho para uma grande parte da filosofia posterior que, cerca de um século e meio mais tarde, no início de uma nova época, tornará, de modo ainda mais conseqüente, a auto-referência no fundamento absoluto.

Dúvida metódica

Como para muitos filósofos do Renascimento, para Descartes o conhecimento erudito transmitido pela tradição escrita já não é suficiente para estabelecer um saber seguro. O constante enriquecimento da tradição através de novas experiências e até mesmo de experimentações modernas também não abre, para ele, o caminho de saída do labirinto das discussões e incertezas escolásticas. Ele quer um novo começo, quer “construir sobre um terreno que pertença somente a mim”.

Isso exige mais do que a abolição de fontes errôneas, que só acarretaria um aperfeiçoamento “relativo” do conhecimento. Implica também mais do que a descoberta, em cada momento e caso (e com isso relativa), dos primeiros princípios de cada uma das ciências. Trata-se de um início “incondicional”, um ponto arquimediano, de certa forma o sonho dos filósofos: “Arquimedes exigiu somente um ponto fixo e imóvel para mover toda a terra do seu lugar. , assim, também eu posso permitir-me ter grandes expectativas, se encontrar algo, por menor que seja, mas de uma certeza inabalável.” Para conquistar este ponto de partida certo, rejeita-se tudo o que é incerto. Sistemáticamente, o novo principiante filosófico ‘faz uso da liberdade que lhe é própria e supõe que tudo aquilo a respeito de cuja existência permaneça a mínima dúvida não existe”. A firmeza de ânimo na prossecução do objetivo torna claro que não se trata de uma dúvida existencial, desesperada. Também não é um cepticismo radical, tal como existira em jogos de idéias sofistas na Antiguidade, seja por convicção, seja por inclinação. O cepticismo radical afirma com ousadia (e possivelmente também com desespero): não existe nada, e se algo existisse, não se poderia falar sobre o assunto.

A posição de Descartes é bem diferente: o seu cepticismo pressupõe que, em princípio, existem verdade e afirmações verdadeiras. A dúvida é justamente o experimento metódico para a

averiguação do fundamento de tais afirmações. Neste caso, em primeiro lugar, são invalidados todos os juízos sobre fatos de coisas (e/ou supostos fatos) apreendidos pelos sentidos. Existem ilusões e, se nos enganamos uma vez, somos depois, por defeito, desconfiados. É igualmente freqüente sonharmos em todas as cores da realidade, embora às imagens oníricas não corresponda nenhum ser independente. Generalizando, no experimento da dúvida devemos partir do princípio de que mesmo se estamos convencidos de estar despertos e sóbrios, às nossas idéias não corresponde nada de verdadeiro.

Sobre a existência do mundo exterior, portanto não há nenhum juízo certo; deve-se pô-la em dúvida. Uma observação mais minuciosa mostra que até o próprio corpo pertence a esse mundo exterior em princípio não — existente.

Há contudo fatos que só são analisados no espírito e são sempre, evidentemente, reconhecidos como tais, tal como são na realidade. A eles pertencem as relações matemáticas e os processos de justificação. O fato de uma diagonal dividir um retângulo em dois triângulos iguais está na coisa em si. Neste caso simples é imediatamente compreensível, como também passível de ser provado, toda a dúvida parece absurda. Mas, segundo Descartes, em tais afirmações lógico-geométricas há uma realidade “ideal” que é compreendida. E um “Deus-Enganador” todo-poderoso imaginado ou um gênio mau poderia tornar até mesmo esta forma de referência à realidade numa mera ilusão, ou pelo menos enganar a nossa memória acerca do que já foi provado. Toda a nossa memória e, por conseguinte, toda a nossa existência até à presente data, talvez seja uma ficção que nos é sugerida.

“Cogito, ergo sum”

Portanto, duvidamos definitivamente da objetividade dos nossos juízos e consideramos que toda a realidade, antes pensada desta ou daquela forma, não existe. “Mas”, e aqui é que bate o ponto, “não podemos supor que nós, que pensamos, nada somos. Já que a suposição de que aquilo que pensa, no momento em que pensa, não existe é em si mesma uma contradição. Conseqüentemente, a proposição “penso, logo existo” (ego cogito, ergo sum) é o primeiro e o mais certo de todos os conhecimentos que se apresenta àquele que filosofa de acordo com as regras.”

Vê-se que a proposição “penso, logo existo”, uma das mais famosas da filosofia, não pode ser interpretada fora do contexto. Isolada, é inevitável que a nossa leitura da frase seja a de uma dedução lógica, na qual o “logo” tem uma função decisiva: eu “penso”, logo eu “existo”. Sem outras frases, cuja justeza, por sua vez, teria de ser demonstrada, essa dedução seria, em termos de lógica, absurda e não serviria para o ponto de partida filosófico. E mesmo se às vezes se diz que para Descartes o ser deriva do pensamento, isso é realmente despropositado.

O que se lê de fato é: “eu” penso, logo “eu existo”. A isso corresponde a versão latina no ponto citado: cogito significa “eu penso”. A introdução do pronome pessoal ego (“eu”) significa uma ênfase especial. A ênfase é natural, porque a frase responde à pergunta: o que “é” realmente, como eu penso ou percebo? “Não se duvidava da existência de algo, nem de que algo, mesmo que fosse um gênio mau, estava na origem das nossas idéias. Assim Descartes nas Meditações, onde todo o pensamento é minuciosamente analisado, diz em vez de cogito, ergo sum: “A proposição Eu penso; eu existo, todas as vezes que a pronuncio ou a concebo no meu espírito, é necessariamente verdadeira.” Esta primeira proposição certa, vemos então, não é uma fórmula original carregada de pressupostos profundos, mas designa uma evidência simples, sempre compreensível. Para Descartes, evidente é o que se apresenta ao intelecto de modo “claro e nítido”, indubitável, compreensível e tal como é.

‘Duvido, logo existo’. Com esta redação Descartes resume noutra passagem o que conquistou no experimento das idéias. Através da dúvida enquanto ato auto-evidente do eu, todo o ser independente do pensamento é separado deste enquanto tal. Resta uma esfera da consciência pura. Um conceito muito importante é assim também introduzido na filosofia. Conscientia, antes entendida mais no sentido de “consciência moral”, significa nesta época “consciência psicológica”. É de referir ainda que para Descartes pensar quer dizer ter compreendido mais do que uma série de estados de consciência. “Sou uma coisa pensante (rescogitans)”, diz ele, cogitans revelar-se-ia uma indivisível, fundamental.

A veracidade de Deus

Com a evidência do “eu penso” terá Descartes alcançado o tão ambicionado ponto arquimediano? Existe um começo, mas ainda não é possível “mover o mundo do seu lugar”. Pois o eu está preso em si mesmo; fora da rescogitans, até então, não se conhecia coisa alguma. Apesar de Descartes conceber, juntamente com a primeira certeza, a existência também de um critério de verdade: tem de ser verdadeiro tudo o que é percebido com a mesma clareza e a mesma nitidez com que a proposição “penso; existo” é reconhecida. Disto fazem parte processos de justificação matemáticos ou proposições como “do nada surge o nada”. Mas o critério permanece inicialmente, ainda em grande medida, limitado, não podendo eliminar a dúvida e a possibilidade do gênio mau enganador. Para tal é preciso para além do cogito, uma idéia que represente com indubitável verdade um objeto que exista “fora” do pensamento.

É o caso da idéia de Deus que, segundo Descartes, preenche esta condição. Esta idéia não pode ser fruto da fantasia. A onipotência e a infinidade não são algo que encontramos em nós ou que possamos criar a partir de outras idéias. E — aqui Descartes segue a filosofia mais antiga — a

causa de uma idéia deve sempre ter pelo menos tanta realidade quanto a que a idéia, como efeito, representa. Portanto, a base dessa idéia só pode ser Deus. Por outras palavras: a nossa idéia de Deus confere-lhe todas as qualidades positivas imagináveis, isto é, aquelas que não são limitadoras. A existência deve ser vista como uma dessas qualidades. Portanto, Deus existe.

Naturalmente, estas 'provas da existência de Deus' soam hoje estranhas. Mas, em suma, a argumentação continua a referir-se ao eu pensante: 'Toda a força da prova está no fato de eu considerar que seria impossível a minha natureza ser tal qual é, a saber, ter em mim a idéia de Deus, se Deus realmente não existisse.' Deus possui de fato toda a perfeição imaginável e nenhuma imperfeição. "Deduz-se daí com clareza suficiente que esse Deus não pode enganar, porque é óbvio que a mentira e a ilusão são fruto de uma imperfeição". O critério de verdade mencionado está desse modo salvo: Deus é o garante de tudo o que é reconhecido de forma clara e distinta, é verdadeiramente assim.